

Eliete Correia dos Santos
Ediane Toscano Galdino de Carvalho
Alzira Karla Araújo Silva
Organizadoras

SEMINÁRIO **SESA**
DE SABERES
ARQUIVÍSTICOS INTERCÂMBIO

COOPERAÇÃO ACADÊMICA E MEDIAÇÕES INTERDISCIPLINARES



Campina Grande-PB

2017



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

Presidente

Luciano do Nascimento Silva

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

-
- S471** Seminário de Saberes Arquivísticos - SESA Intercâmbio Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares [Livro eletrônico]. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (Organizadores). Campina Grande: EDUEPB, 2017.
4750 kb. 376 p.: il. (Coleção Diálogos Arquivísticos).

Modo de acesso: World Wide Web <http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

ISBN 978-85-7879-436-1

ISBN EBOOK 978-85-7879-435-4

1. Gestão de Documentos. 2. Arquivologia. 3. Projeto SESA. 4. Ciência d Informação e Arquivologia 5. Preservação de repositórios digitais. I. Santos, Eliete Correia dos. II. Carvalho, Ediane Toscano Galdino de. III. Silva, Alzira Karla Araújo da. IV. Título.

21. ed. **CDD 027**



Editora filiada a **ABEU**

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB

CEP 58429-500 | Fone/Fax: (83) 3315-3381

<http://eduepb.uepb.edu.br> | email: eduepb@uepb.edu.br

Da preservação da Informação ao repositório confiável

*Hugo Oliveira*⁴⁰
*Maria Manuela Pinto*⁴¹

1 Introdução⁴²

O crescimento da informação em formato digital coloca cada vez mais desafios à Gestão da Informação (GI). Não obstante, com os novos modelos, processos, ferramentas e técnicas que visam responder aos desafios lançados, emergem preocupações, entre as quais se destacam as relacionadas com a preservação e a segurança da informação, às quais são particularmente sensíveis grupos profissionais como os arquivistas,

40 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade do Porto.

41 Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação / Investigadora do Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital – Porto.

42 Apresenta-se uma síntese do projeto de dissertação submetido ao Mestrado em Ciência da Informação com o título “A Preservação da Informação: uma contribuição para a implantação de um Arquivo Digital Certificado no Município do Porto” (Oliveira, 2014) e que parte dos resultados do projeto de dissertação de Sousa (2013), intitulado “Segurança e Preservação da Informação: um Modelo para os Municípios”, ambos sob a supervisão da professora Maria Manuela Pinto.

sobretudo no primeiro caso, e os informáticos, de forma particular no segundo.

A análise desenvolvida aponta para a clara necessidade de uma gestão integrada e interdisciplinar de todo o fluxo info-comunicacional, com a consciência da complexidade e pluridimensionalidade que envolve a informação em meio digital, a par da existência de ciclos de obsolescência tecnológica (*hardware* e *software*) cada vez mais rápidos e que suscitam riscos e custos de preservação cada vez mais elevados.

Torna-se, pois, necessário garantir a aplicação não de uma, mas de várias estratégias de preservação em longo prazo o que, por si só, não constitui uma solução, na medida em que, sem uma abordagem holística e sistêmica da Organização/ Instituição, dos seus processos e atores e do seu Sistema de Informação (SI) e Sistema Tecnológico de Informação (STI), seria não só difícil de operacionalizar mas, desde logo, impossível de identificar e delimitar, constituindo apenas um aspeto entre muitos outros.

Este “desafio” requer um vasto conhecimento das temáticas relacionadas com a Preservação e a Segurança da Informação e impõe-se muito para além da Tecnologia, envolvendo como vertentes essenciais: a Organização, os seus atores e processos, bem como a informação produzida, recebida, acumulada e usada.

A abordagem realizada salienta que a forma de assegurar os atributos elencados exige a definição e implementação de adequadas Políticas, Estratégias e Planos de Preservação que englobem todo o ciclo de vida da informação (concessão da plataforma tecnológica, produção/captura, fluxo, organização, representação e descrição, armazenamento, avaliação/seleção, preservação, acesso e uso) no quadro da Gestão não só do SI, mas também dos STI no todo organizacional.

A atuação dos profissionais deve, pois, perspectivar níveis diversificados, nomeadamente a cultura, as políticas, as

estratégias e os planos que, nas diferentes organizações/instituições assumam e façam confluir a Gestão da Informação (GI) e a Gestão das Tecnologias de Informação (GTI) conjugando esforços que integram a atuação de ambas ao longo da gestão do ciclo de vida da informação e das plataformas tecnológicas de suporte, atingindo aspectos como os da Preservação e da Segurança da Informação, esteja materializada em suportes tradicionais/analógicos ou em meio digital, sob o risco da informação ser definitivamente perdida para todos.

Neste contexto serão apresentados os resultados do levantamento do estado da arte e da investigação realizada tendo como referente a preservação da informação em uma perspectiva de acesso e uso continuado no longo prazo, só possível se for efetivamente integrada nos processos de gestão do sistema de informação organizacional, desde a fase de produção/captura à sua seleção e armazenamento de longo prazo.

Este posicionamento corporiza-se no Modelo desenvolvido e que tem vindo a ser aperfeiçoado. Este deverá existir em qualquer instituição, organização ou setor de atividade. Sendo o Município do Porto o contexto organizacional em que foi desenvolvido, considera-se o seu particular interesse para adequação a outros Municípios, o que não obsta a que possa ser, de fato, uma base orientadora para o desenvolvimento do quadro organizacional, informacional e tecnológico que conduzirá, por exemplo, à certificação do Arquivo Digital.

A concessão de um Repositório ou Arquivo Digital, confiável e perspectivado para o longo prazo, exige, precisamente, esta abordagem integrada e consubstanciada, atendendo a uma Gestão da Informação que abarque todo o ciclo de vida da informação, constituindo-se a preservação e a segurança como dois critérios a observar, garantindo a produção, armazenamento, uso e disponibilização de informação confiável, autêntica, fidedigna, íntegra e inteligível.

Salienta-se um quadro de principais instrumentos orientadores que se apresentam como sendo cruciais, identificando-se, assim, ao nível da segurança da informação, a ISO/IEC 27001 (2005); ao nível da gestão de serviços de TI, as boas práticas ITIL e a ISO/IEC 20000 (2005); ao nível da criação do sistema de informação ativo e permanente, a ISO 16175 e a MoReq2010; ao nível da preservação da informação, a ISO 14721 (2012) – *Space data and information transfer systems – Open Archival Information System – Reference Model*, a ISO/TR 18492 (2005) – *Long-term preservation of electronic document-based information* e a ISO 16363 (2012) – *Space data and information transfer systems – Audit and certification of trustworthy digital repositories*.

O Modelo de Preservação e Segurança da Informação (MP&SInf) proposto consagra, precisamente, o “pensar sistemicamente a Organização, os seus processos de negócio e atores, o seu SI e o STI que os suporta”(Sousa, 2013), promovendo equipas interdisciplinares que, na CMP, congregam a Direção Municipal de Sistemas de Informação (DMSI) e a Direção Municipal da Cultura - Arquivos com vista, desde logo, à concessão, implementação e monitorização da Política, Estratégias e Plano de Gestão da Informação e das TI da CMP, colocando na sua base a sustentação teórico-metodológica que decorre de um novo paradigma em CI e a fundamental parceria e interação entre a Gestão da Informação e a Gestão dos Sistemas Tecnológicos de Informação.

2 A preservação da Informação como variável da Gestão da Informação

A Gestão da Informação, e particularmente a Preservação da Informação em meio digital, apresenta-se, pois, como uma preocupação a que diversas organizações e instituições procuram dar resposta, tal como acontece com os suportes tradicionais.

O designado “desafio digital” coloca duas questões a reter (PINTO, 2011):

1. A necessidade de garantir a inteligibilidade e o acesso continuado à informação, independentemente das mutações tecnológicas;
2. A indissociável necessidade da inequívoca identificação do contexto de produção dessa informação e de intervenções subsequentes.

A unidade informacional exige que a preservação em meio digital assente numa pluridimensionalidade que integra: a dimensão física, a dimensão lógica, a dimensão conceptual/intelectual e a dimensão essencial (PINTO, 2009a). O ciclo de vida de qualquer unidade de informação (simples ou composta, “analógica” ou digital) é essencial para a sua preservação.

Tomemos, por exemplo, uma instituição de ensino superior; um objeto digital será criado num departamento académico, alguma informação sobre o objeto irá residir noutra departamento, os detalhes sobre o autor podem ser armazenados nalgum lugar na unidade de gestão de registros, o objeto será usado por um número de alunos e funcionários, e uma cópia do objeto pode ser enviada para a biblioteca ou arquivo para preservação, os funcionários da biblioteca ou arquivo podem ou não ter acesso a alguma informação contextual sobre o ficheiro digital. Esse objeto tem uma história de vida longa e complicada, a maior parte desconhecida para a pessoa que tem de o arquivar, muito provavelmente, quando está no fim da sua história de vida. Se, contudo, o conceito de continuidade do ciclo de vida for levado em conta para que a informação relevante tenha sido gravada ao

longo do caminho, e é reconhecido que todas as divisões, departamentos ou setores de uma organização são responsáveis por esse objeto em particular, então a sua longevidade e as perspectivas de reutilização são substancialmente elevadas. (BEAGRIE, et al., 2008 *apud* PINTO, 2015, P. 684).

Trata-se, pois, de uma abordagem que, face aos desafios da gestão de sistemas de informação inteiramente digitais ou híbridos, assume a preservação da informação como variável da gestão da informação, mantendo o enfoque no fenômeno e processo info-comunicacional, sustentada na teoria sistêmica e corporizada no modelo do Sistema de Gestão de Informação Ativa e Permanente (SI-AP):

Alternativo a metodologias empíricas e que constitui a base teórico-metodológica para abordar um ciclo de gestão de informação que, desde a fase de planejamento da mesma, abarca a produção, captura e recolha de informação, o seu processamento/organização, a sua circulação, a sua avaliação, o seu armazenamento, o seu uso e disseminação, bem como a sua gestão/manutenção, assumindo a preservação da informação como uma variável da gestão da informação presente em todo este ciclo (não deixando de convocar as áreas do Comportamento Informacional e da Organização da Informação) e passível de ser considerada quer nos estudos científicos, quer na resolução de casos concretos, mantendo os objetivos de garantir a autenticidade, fiabilidade, integridade e inteligibilidade da informação, bem como o acesso continuado no longo termo. (PINTO, 2009b, P. 164).

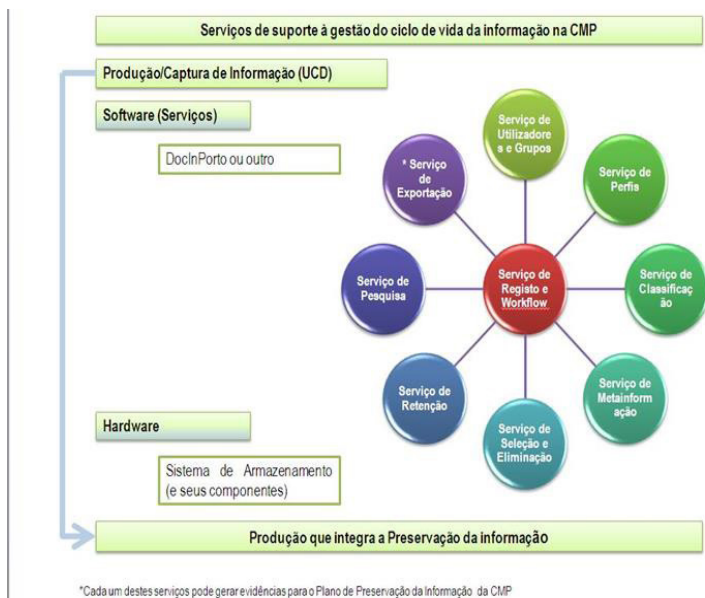
3 Um sistema de Gestão de Informação ativa e permanente

Um Sistema de Gestão de Informação Ativa e Permanente (SI-AP) considera todo o ciclo de vida da informação e a multi-dimensionalidade da mesma. Requer uma gestão da informação com qualidade e baseada na Política de Gestão da Informação previamente definida e que guiará o Sistema de Gestão da Informação. A sua implementação assume a necessidade de evoluir de uma abordagem mais comum ao nível de um Sistema de Gestão Documental, que apoia o negócio, para um Sistema de Gestão de Registos (MSR), conforme proposto pela ISO 30300 (2011) e ISO 30301 (2011).

Neste contexto, são, pois, fundamentais instrumentos como o MoReq2010 (Modular Requirements for Records Systems), um modelo europeu de especificação de requisitos que funciona como um guia de boas práticas para a conceção de sistemas de informação (VIEIRA; BORBINHA, 2011). Nele são determinados os requisitos mínimos que um sistema de informação deve respeitar e definidos os requisitos técnicos/informáticos. Ao nível dos requisitos funcionais *core* do MoReq2010 estes estão reunidos em nove definições de serviço, a saber:

- Serviço de Utilizadores e Grupos;
- Serviço de Perfis;
- Serviço de Classificação;
- Serviço de Metainformação;
- Serviço de Seleção e Eliminação;
- Serviço de Retenção;
- Serviço de Pesquisa e Relatórios;
- Serviço de Exportação;
- Serviço de Registro.

Figura 1: Estrutura base de “Serviços” a abarcar pelo “Serviço de Gestão da Preservação” na CMP



Associado a estes serviços o MoReq 2010 introduz um novo termo, a saber: MoReq2010® *Compliant RecordsSystem* (MCRS). O conjunto destes serviços descreve precisamente a funcionalidade do MCRS.

Neste sentido, verifica-se a importância de, ao nível da chamada ‘Gestão Documental’, ser assumida a necessidade de evoluir de uma abordagem ao nível de uma Gestão de Documentos, para um MSR (Management System for Records, - ISO 30300 (2011) e ISO 30301 (2011)), isto é, para a implementação de um Sistema de Gestão de Informação Ativa e Permanente, que contemple todo o ciclo de vida da informação, a pluridimensionalidade e a interoperabilidade, direcionado à gestão de informação de qualidade e que envolve a definição

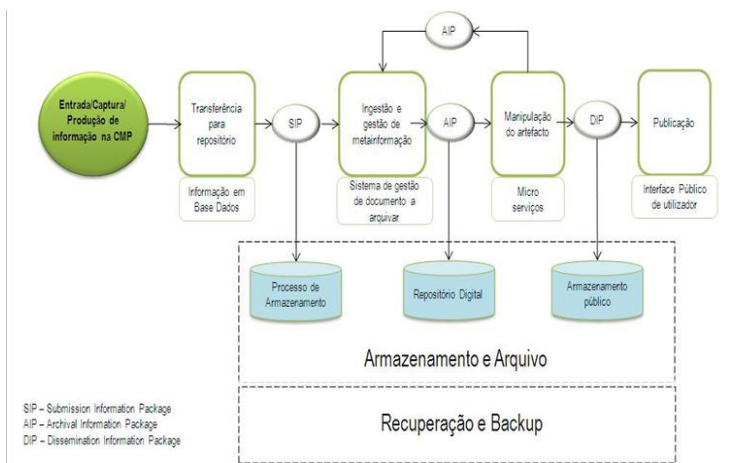
da Política de Gestão de Informação que orientará o Sistema de Gestão da Informação.

A Figura 1 dá-nos uma visão geral da estrutura base de “Serviços” e orientará o trabalho a desenvolver nas diversas vertentes (fase do ciclo de vida, *hardware*, *software* e serviços, em linha com o proposto pelo MoReq 2010).

O Serviço de Gestão da Preservação deverá abarcar toda essa estrutura que consiste num conjunto de funcionalidades que permitirão a implementação das políticas necessárias à Preservação (& Segurança) da Informação.

A Figura 2 vem na sequência da anterior e ilustra, em alto nível, o Serviço de Gestão da Preservação da Informação Digital na CMP, onde apoiados no modelo OAIS podemos especificar os passos principais do processo: entrada/ingestão (SIP), processamento/gestão (AIP) e disseminação da informação (DIP) no repositório digital.

Figura 2: Macroprocesso do “Serviço de Gestão da Preservação - Informação Digital” na CMP



4 Estrutura informacional de suporte ao serviço de gestão da preservação da informação

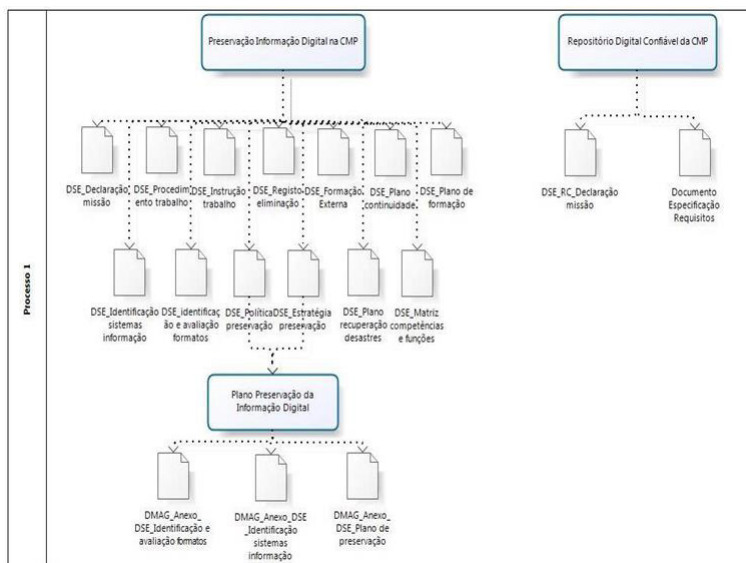
A necessidade de certificar o repositório digital por parte da CMP deu, por sua vez, origem à necessidade da criação de um Plano de Preservação da Informação. Assim sendo, e como ponto de partida, estabeleceu-se a necessidade de se criarem as bases para a construção deste Plano como sendo um dos instrumentos de suporte à certificação do repositório digital, em conjunto com o Plano de Segurança da Informação.

Para a construção do Plano de Preservação da Informação em meio digital e conseqüentemente a implementação da certificação ao nível do repositório digital, a primeira proposta foi tomar a decisão de criar toda a estrutura de suporte à especificação.

Neste sentido, foi necessário abordar os dois campos e perceber quais as carências a nível documental para poder trabalhar no âmbito da Preservação da Informação, no sentido de poder contribuir para a construção de um Plano de Preservação e na área do repositório digital confiável.

Partindo do levantamento dos instrumentos normativos, nomeadamente ISO 16363 (2012) e ISO 18492 (2005), modelos e guias de boas práticas existentes como os casos de Guildhall Library Manuscripts and London Metropolitan Archives (2004) e Sheffield (2007), foi elaborada uma estrutura documental de suporte, referidos como Documentos de Suporte à Especificação (DSE) que têm no seu intuito serem guias práticos, isto é, bases informacionais, os quais deverão ser consultados e seguidos para que se consiga desenvolver o Modelo de Segurança e Preservação da Informação da CMP, um contributo essencial para o processo de certificação do repositório digital.

Figura 3: Estrutura de Documentos de Suporte à Especificação (DSE)



Assim, na estrutura de suporte informacional que servirá de base para o Plano de Preservação da Informação em meio digital da CMP, destaca-se: o Plano de Preservação; a Estratégia de Preservação; a Política de Preservação; a Identificação e Avaliação de Formatos; a Identificação de Sistemas de Informação; a Declaração de Missão; o Acordo de Custódia; o Plano de Contingência e o Plano de Recuperação de Desastres.

Como principal ilação a retirar, podemos considerar que, tanto a preservação como a segurança da informação enfrentam enormes desafios, coexistindo riscos, pelo que, uma das principais preocupações é assegurar a existência de uma GI que se revele eficaz e tenha em conta os atuais problemas advindos, sobretudo, do meio digital, sendo esta uma realidade para a qual muitas das organizações só agora despertaram.

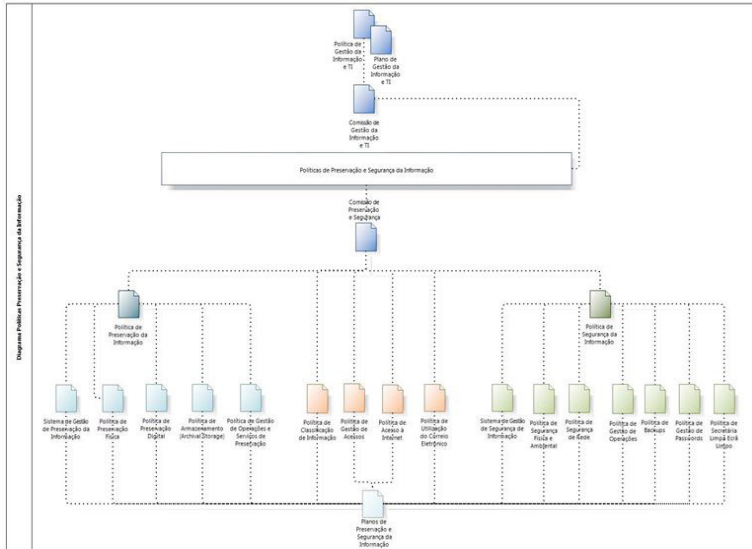
5 Modelo de Preservação e Segurança da Informação (MP&SINF)

O Modelo de Preservação e Segurança da Informação (MP&SInf) consiste em uma representação de alto nível que constitui uma pré-condição indissociável da elaboração de um Plano de Preservação ou mesmo da concretização de um objetivo estratégico como o da certificação de um Repositório Digital, congregando a Gestão do Sistema de Informação (SI) e a Gestão do Serviço de TI (STI), em uma visão holística e integradora que orientará o desenvolvimento dos diversos planos que envolvem o SI e o STI do Município do Porto.

Sendo o Município do Porto o contexto organizacional em que foi desenvolvido, considera-se o seu particular interesse para adequação a outros Municípios, o que não obsta a que possa ser, de facto, uma base orientadora para o desenvolvimento do quadro organizacional, informacional e tecnológico que conduzirá, à certificação do Arquivo Digital.

Como se pode verificar pelo modelo ilustrado (Figura 4), constata-se a importância e a inter-relação entre as *Políticas de Segurança de Informação* e as *Políticas de Preservação de Informação*, alicerçadas por uma *Política de Gestão da Informação e TI*, e respetivo *Plano*, sob a monitorização de uma Comissão de Gestão da Informação e TI que supervisiona a Comissão de Segurança e Preservação, colocando na sua base a cooperação entre a gestão dos Sistemas Tecnológicos de Informação e a GI, uma visão holística e integrada dos planos a desenvolver, assim como a perspetivação quer em termos físicos (infraestruturas/suporte material), quer em termos lógicos.

Figura 4: Modelo de Preservação e Segurança da Informação (MP&SInf)



Assim, partindo da Comissão de Preservação e Segurança da Informação (CPSI) e do seu controlo, esta, deverá ter por base um conjunto de documentos essenciais, de entre os quais se destacam a Política de Segurança da Informação e a Política de Preservação da Informação.

Como Políticas comuns a ambas as áreas (Preservação e Segurança) a serem estabelecidas pela CPSI, podemos encontrar: Política de Classificação da Informação; Política de Gestão de Acessos; Política de Acesso à Internet e Política de Utilização do Correio Eletrónico. Quanto à Política de Preservação da Informação, esta, tem como principais componentes: Sistema de Gestão de Preservação da Informação; Política de Preservação Física; Política de Preservação Digital; Política

de Armazenamento (Archival Storage); Política de Gestão de Operações e Serviços de Preservação.

No que diz respeito à Política de Segurança da Informação, esta contém como elementos base: Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI); Política de Segurança Física e Ambiental; Política de Segurança de Rede; Política de Gestão de Operações; Política de Backups; Política de Gestão de Passwords e Política de Secretária Limpa Ecrã Limpo.

Todos estes elementos constituintes, tanto da Preservação como da Segurança da Informação, em conjunto servirão de base para que se possa construir quer o Plano de Preservação da Informação quer o Plano de Segurança da Informação do município do Porto.

Como atributo da CPSI, deverá ser também implementado um Comitê de Planeamento de Preservação Digital (CPPD) que deverá agir como um grupo consultivo para projetos e desenvolvimento de sistemas dentro da CMP que dizem respeito à preservação digital. Este irá desenvolver políticas para os níveis de preservação, metainformação de preservação e ações de preservação incluídas no Plano de Preservação da Informação digital no Município do Porto, com base em requisitos das partes interessadas, as prioridades para a instituição e as melhores práticas. O Comitê irá informar os requisitos do sistema para a implementação dessas políticas.

Uma necessidade e alerta que se justificam ainda mais se tomarmos como ponto de comparação a base atualmente usada como orientação para a Administração Pública no que respeita à denominada Gestão Documental. De fato, trata-se de uma visão que se confina a um âmbito específico, mas que pode promover a ideia de uniformidade, simplicidade e linearidade que não corresponde à complexidade e às rápidas mudanças a que estão sujeitas as organizações e instituições na sociedade atual.

São diversos os modelos, métodos, metodologias técnicas e ferramentas que estão ao nosso dispor para que se possa alcançar, com eficácia, o Plano de Preservação da Informação, mas não podemos prescindir de uma visão holística, sistêmica e integrada, desde logo no que diz respeito às próprias políticas e estratégias organizacionais de âmbito mais alargado como são exemplo as Políticas e Estratégias de GI e TI que constituem a base de todo este processo e que, conseqüentemente, culminam na elaboração de um Plano de Preservação Digital, fazendo este parte de uma estrutura informacional de suporte, sendo um entre vários, os instrumentos a criar para a certificação do Repositório.

Desta forma, como é possível observar na Figura 5, a visão aqui defendida é a de que a montante deve surgir como pedra basilar neste processo, as Políticas e Estratégias de GI e TI, embebidas nas próprias políticas e estratégias organizacionais, dando origem ao conseqüente Plano, quer ao nível da GI como de TI.

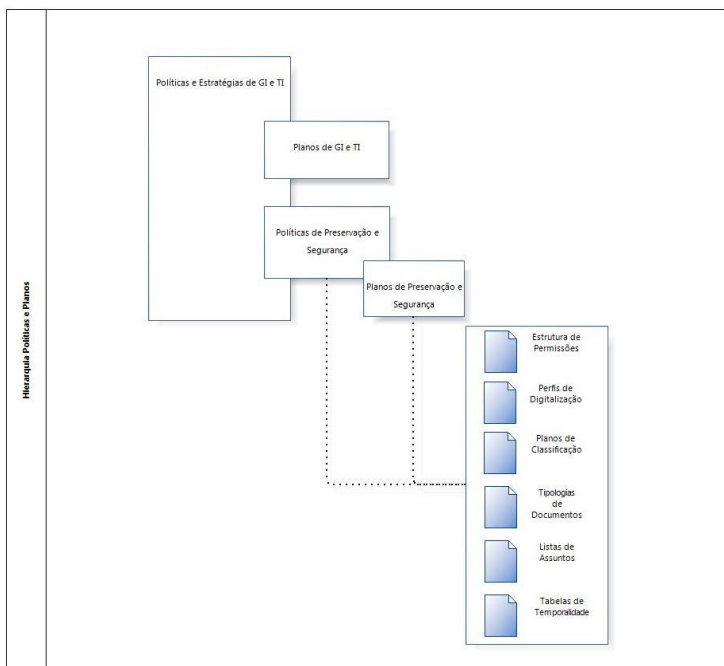
Alicerçadas nessas Políticas, desenvolvem-se as Políticas de Preservação e de Segurança da informação, as quais constituirão, por sua vez, a base dos respectivos Planos.

Assim, surge uma estrutura que está na base da criação destas Políticas e dos seus respectivos Planos, como podemos verificar abaixo.

Por conseguinte, somente alicerçados pelas políticas e estratégias de GI e TI é possível desenvolver os respectivos planos, bem como as estabelecer as políticas quer de Preservação quer de Segurança da Informação.

Com base na construção destas políticas e nos seus planos, torna-se exequível a criação de vários instrumentos que integram a chamada Gestão Documental, de que constituem exemplo, os planos de classificação, as listas de assunto ou as tabelas de temporalidade.

Figura 5: Instrumentos da Gestão Documental



6 Conclusão

Como refere Pinto (2004, p. 2),

Depois do ‘salto tecnológico’ impunha-se a mudança fundamental que consistia na ‘mudança da estrutura organizacional da Administração Pública’ e correspondente ‘mudança da cultura organizacional’, no âmbito de uma sociedade caracterizada pela capacidade dos seus membros (Cidadãos, Empresas e Estado) obterem e partilharem qualquer tipo de informação e conhecimento instantaneamente, a partir de qualquer lugar e na forma mais conveniente.

Como se pode inferir, deparamo-nos com um mundo cada vez mais digital, não podendo nunca descurar as questões que este nos coloca, particularmente no que diz respeito à preservação e à segurança da informação, critérios fundamentais a observar numa gestão da informação que deve garantir o acesso continuado no longo prazo, enquanto instrumento e recurso imprescindível da ação e memória de instituições, organizações e pessoas.

Para que a criação de um Repositório Digital Confiável se traduza numa realidade, constituindo garantia dos atributos de autenticidade, integridade, inteligibilidade e de preservação da informação no longo prazo, exige-se, por isso, a definição e implementação de Políticas, Estratégias e Planos de Preservação adequados e que englobem todo o ciclo de vida da informação (concessão da plataforma tecnológica, produção/captura, fluxo, organização, representação e descrição, armazenamento, avaliação/seleção, preservação, acesso e uso) no quadro da Gestão não só do SI mas também dos STI no todo organizacional.

Decorrente deste contexto, é possível observar a dimensão e importância da inter-relação entre as Políticas de Preservação de Informação e as Políticas de Segurança de Informação. Por sua vez, estas devem ser alicerçadas por uma Política de âmbito mais geral como a de GI e TI, e respectivo Plano.

Confirma-se, assim, a necessidade de implementar um verdadeiro SI-AP que contemple todo o ciclo de vida da informação, a pluridimensionalidade e a interoperabilidade. Para além da preservação da informação em meio digital (como é o caso dos documentos digitalizados), o verdadeiro problema concentra-se nos dado-digitais, pois não existe uma versão em formato papel destes objetos, o que torna todo este processo imbuído de maior complexidade.

Assim, verifica-se a relevância da preservação da informação em meio digital, devendo ser considerada como um

conjunto de ações orientadas e regulamentadas sob a designação de Serviço de Gestão da Preservação, a desenvolver no âmbito da GI, integrando uma estrutura de Serviços GI que constituirá um futuro Sistema de Gestão de Informação.

Na base do modelo projetado, identificamos a Informação, como fenômeno humano e social, e uma GI assumida como área transversal e aplicada em Ciência da Informação e definida como o estudo, concepção, implementação e desenvolvimento de processos e serviços relacionados com o fluxo infocomunicacional, com vista à construção de modelos de operacionalização para uma máxima eficiência e rentabilidade. (PINTO, 2015).

Referências

GUILDHALL LIBRARY MANUSCRIPTS AND LONDON METROPOLITAN ARCHIVES. **Interim Digital Preservation Policy**. City of London – Libraries, Archives and Guildhall Art Gallery Department. 2004. Disponível em <<http://www.history.ac.uk/gh/digprespol.pdf>>.

ISO 14721:2012. **Space data and information transfer systems: Open Archival Information System – Reference Model**. Geneva, Switzerland: ISO, 2012.

_____. **Space data and information transfer systems: Audit and certification of trustworthy digital repositories**. Geneva, Switzerland: ISO, 2012.

ISO 30300:2011. **Information and documentation: Management systems or records–Fundamentals and vocabulary**. Geneva, Switzerland: ISO, 2011.

_____. **Information and documentation: Management systems or records–Requirement**. Geneva, Switzerland: ISO, 2011.

ISO/IEC 20000:2005. **Information technology: service management.** Geneva, Switzerland: ISO/IEC, 2005.

_____. **Information technology: Security techniques—Information security management systems—Requirements.** Geneva, Switzerland: ISO/IEC, 2005.

ISO/TR 18492:2005. **Long-term preservation of electronic document: based information.** Geneva, Switzerland: ISO/TR, 2005.

OLIVEIRA, H. A. **A Preservação da Informação: um contributo para a implementação de um Arquivo Digital Certificável no Município do Porto.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2014.

PINTO, M. M. **Gestão da Informação e preservação digital: uma perspectiva portuguesa de uma mudança de paradigma.** CONGRESO ISKO-SPAÑA, 9, Valencia. **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas.** Valencia: Universidad Politecnica de Valencia. p. 323-355. 2009b. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10216/25380>>.

PINTO, M. M. **A Gestão da Informação nas Universidades Públicas Portuguesas: Reequacionamento e proposta de modelo.** Tese (Doutoramento) - Departamento de Comunicação e Artes, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, Portugal. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. 2015.

_____. **Da transferência de suporte ao Sistema de Informação Organizacional: Um posicionamento urgente e estratégico. Seminário - (R)evolução da Informação Pública: preservar, certificar e acessibilizar.** Lisboa. 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10216/74220>>.

_____. **Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais:** uma abordagem sistémica. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 2004. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10216/7733>>.

_____. **Preservmap:** Um roteiro de preservação na era digital. Porto: Edições Afrontamento. Coleção: Comunicação-Arte-Informação; 8. ISBN: 972-36-1070-1. 2009a.

SHEFFIELD ARCHIVES AND LOCAL STUDIES GROUP. **Preservation & Conservation Policy.** 2007. Disponível em <<https://www.sheffield.gov.uk/dms/scc/management/corporatecommunications/documents/leisure-culture/libraries-copyright/archivespolicies/Preservation-andConservation-Policy--PDF--73-KB-.pdf>>.

SOUSA, P. **Segurança e preservação da informação: um modelo para os Municípios.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2013.

VIEIRA, R.; BORBINHA, J. MoReq 2010 – Uma Apresentação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 10, **Anais...** Lisboa: BAD. 2011. Disponível em <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/19/9>>.